

Crédito trabalhista domina debate sobre Lei de Falências

Discussão da proposta, iniciada terça-feira na CAE, deve prosseguir na próxima semana, quando relator dará parecer sobre emendas

Página 3

Tebet (à direita, ao lado de Eduardo Azeredo) afirma que seu substitutivo protege trabalhadores na falência



José Cruz

Doleiro não comparece a depoimento na CPI, que ouve Pitta na terça

O ex-prefeito Celso Pitta, de São Paulo, deve depor terça-feira, às 11h, na CPI do Banestado. Ele será interrogado sobre a existência de supostas contas bancárias no exterior. Na terça-feira passada, o doleiro Toninho Barcelona deixou de comparecer à comissão.

Página 2



J. Freitas

INVESTIGAÇÃO Parlamentares da CPI discutem com o presidente, Antero de Barros (D), forma de garantir depoimento do doleiro

Unidades pediátricas devem ter brinquedoteca

Para possibilitar a recuperação mais rápida e menos traumática de seus pacientes, todas as unidades de saúde que oferecem atendimento pediátrico em regime de internação devem instalar brinquedotecas. A determinação está prevista em substitutivo a projeto de lei aprovado na terça-feira pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado. O relator, Geraldo Mesquita Júnior, cita a importância dos brinquedos na recuperação de crianças internadas, comprovada desde a década de 50. A proposta será agora examinada pelo Plenário.

Página 8

Acordo dá tratamento especial a 16 produtos na MP da Cofins

Em duas horas e meia de reunião com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, os líderes partidários no Senado definiram os pontos gerais de um acordo que pode viabilizar a votação da MP que disciplina a cobrança da Cofins e do PIS-Pasep.

Página 4



Geraldo Margela

CORREÇÃO Palocci, cercado por líderes no Senado, acerta mudanças na MP que deve ser votada na próxima terça-feira



MILITARES Romeu Tuma registra fala de Lula durante solenidade do Dia do Exército

Romeu Tuma promete cobrar compromissos do presidente

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse, na terça-feira, que as palavras proferidas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante comemoração do Dia do Exército devem ser registradas nos Anais do Senado, para que sejam cobradas. De acordo com o senador, o presidente assumiu, perante os comandantes militares, o compromisso de dar dignidade profissional aos integrantes das Forças Armadas.

– Os militares, nos últimos anos, estão relegados a um segundo plano, mas não perderam a dignidade, a honra e o amor à pátria – afirmou o parlamentar.

Tuma chamou a atenção para declaração do ministro do Planejamento, Guido Mantega, que teria negado possibilidade de aumento para os militares. Segundo o senador, é necessário melhorar não apenas os salários dos militares, mas também dotar as Forças Armadas de condições para fazer frente às suas obrigações constitucionais. Em aparte, recebeu apoio de Ramez Tebet (PMDB-MS) e Alberto Silva (PMDB-PI).

CPI ouve Celso Pitta na terça-feira

Doleiro Toninho Barcelona, que deveria prestar depoimento, deixa de comparecer e não é localizado pela PF

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado, que investiga a remessa ilegal de dólares ao exterior, deve ouvir na próxima terça-feira, a partir das 11h, o ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta. Ele será interrogado sobre a existência ou não de supostas contas bancárias no estrangeiro que, de acordo com autoridades policiais e o Ministério Público, foram alimentadas com recursos desviados de obras públicas.

O doleiro Antonio de Olivei-



APURAÇÃO CPI, que é presidida por Antero de Barros (D) e tem como relator José Mentor, pedirá mais documentos ao BC e Tesouro Nacional

ra Claramunt, mais conhecido como Toninho Barcelona, que deveria prestar depoimento na última terça-feira, deixou de comparecer à reunião da CPI. Ele é apontado como um dos maiores doleiros do país.

O presidente da CPI, senador

Antero Paes de Barros (PSDB-MT), estranhou a ausência de Toninho, mesmo depois de ter solicitado ajuda da Polícia Federal (PF) para conduzir o doleiro às dependências do Senado, para depor. A PF enviou carta à presidência da CPI comu-

nicando que, apesar de várias diligências, o doleiro não foi encontrado. Romeu Tuma (PFL-SP) sugeriu que o doleiro seja conduzido à CPI coercitivamente, pela Polícia Federal, para prestar depoimento.

Novos depoimentos

Além do bicheiro Alberto Youssef, acusado de sonegar mais de R\$ 33 milhões de impostos, a CPI deverá ouvir ainda representantes de empresas e do governo para prestar esclarecimentos sobre evasão de divisas. Os membros do colegiado decidiram solicitar ao Banco Central e ao Tesouro Nacional o encaminhamento à CPI de cópias de todos os processos, registros, operações e negociações que envolveram, direta ou indiretamente, os bancos Bamerindus e o HSBC.

Agenda

Sessão se destina a pronunciamentos

A sessão de hoje do Plenário, marcada para as 14h30, é não deliberativa, e se destina a pronunciamentos dos parlamentares e comunicados da

Mesa. Os primeiros senadores inscritos para discursar na tribuna são Mão Santa (PMDB-PI) e Alvaro Dias (PSDB-PR).

Visita ao Tesouro dos Mapas

O Congresso realiza, no Salão Negro, a exposição *O Tesouro dos Mapas*, que reúne 150 mapas e objetos náuticos dos séculos 15 a 21. As peças fazem parte do acervo mantido pelo Instituto Cultural Banco Santos. A mostra pode ser visitada até o dia 1º de agosto, nos seguintes horários: de terça a sexta-feira, das 9h30 às 17h30, e nos sábados, domingos e feriados, das 9h às 17h. Informações: (61) 216-1771



Alma Brasileira Trio

O convidado do programa *Escala Brasileira* desta semana, que será exibido hoje, às 23h, pela Rádio Senado, é o conjunto Alma Brasileira Trio, composto pelos músicos Toninho Alves, Celso Bastos e Ocelo Mendonça.

Atendimento ao cidadão

O serviço *A Voz do Cidadão* recebe ligações gratuitas, de todo o território nacional, pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. As perguntas e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Suplicy quer facilitar acesso de deficiente ao Senado

Com um portador de deficiência ao seu lado, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu à Mesa do Senado que encaminhe um projeto ao Plenário determinando medidas para facilitar o acesso de pessoas deficientes à Casa.

Sérgio da Silva, de Americana (SP), procurou o senador para reclamar da situação dos portadores de deficiência. Uma das queixas dos portadores de deficiência é que os homens são obrigados a usar terno e gravata, o que na maior parte dos casos é impossível, dependendo do problema que têm. Suplicy foi apoiado pela senadora Heloísa Helena (sem partido-AL).

Na presidência da sessão, o senador Mão Santa (PMDB-PI) informou que a Mesa já está elaborando um projeto.



AÇÃO Eduardo Suplicy pediu providências à Mesa, mediante projeto de resolução

Célio Azevedo



ESCLARECIMENTOS Ana Júlia quer saber dos bancos oficiais detalhes sobre novos critérios

CAE vai ouvir presidente do Codefat sobre uso de verbas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento de autoria da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) para realização de audiência pública com o objetivo de instruir o projeto de lei (PLS 52/02) que estabelece critérios para a aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em programas de fomento ao emprego e renda.

A senadora pede para serem ouvidos o presidente do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), Lourival Novais Dantas; o vice-presidente de Crédito e Gestão de Riscos do Banco do Brasil, Adézio de Almeida Lima; o diretor responsável pela área industrial e de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fábio Stefano Erber; e o diretor de crédito do Banco da Amazônia, Milton Barbosa Cordeiro.

Ana Júlia justificou que é importante obter esclarecimentos dos bancos oficiais financiadores desses programas e do presidente do Codefat sobre a implementação das mudanças pretendidas no projeto de lei, já que serão necessárias alterações nas regras de financiamento dos agentes financeiros para direcionar a aplicação dos recursos às regiões de menor desenvolvimento do país.

A CAE também aprovou requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) para obter informações junto ao secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, sobre os possíveis impactos na arrecadação fiscal do projeto (PLS 372/03) do senador Aelton Freitas (PL-MG). A proposta cria estímulo fiscal na área do Imposto de Renda para as empresas que mantiverem em seus quadros empregados com mais de 40 anos de idade.

Relator Ramez Tebet informa que dará parecer por escrito sobre emendas na reunião de terça-feira

A nova Lei de Falências continuará sendo discutida na próxima semana, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) informou que dará parecer por escrito sobre as emendas encaminhadas após a apresentação do seu substitutivo. Na terça, mais 14 emendas foram apresentadas: seis de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e oito do senador César Borges (PFL-BA), totalizando 110 emendas.

A prioridade conferida aos créditos trabalhistas foi um dos temas centrais dos debates na CAE. O relator chamou a atenção de algumas entidades que

insistem em não reconhecer que o seu substitutivo estabeleceu garantias claras aos trabalhadores, tanto com o limite de 150 salários mínimos para o recebimento com prioridade sobre qualquer outro credor, quanto com a previsão de pagamento rápido (em prazo inferior a um mês) dos salários vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação judicial da empresa, limitados ao valor de cinco salários mínimos.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), ressaltou que, de acordo com estudo realizado sobre a legislação de falências em 40 países, apenas três garantem prioridade aos créditos trabalhistas.

—A Espanha assegura até dois salários mínimos. A França só para os salários em atraso e o Brasil é o único a conferir prioridade plena aos créditos trabalhistas — listou, acrescentando que a maioria, incluindo Ale-

manha, Bélgica, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Inglaterra, Irlanda, Portugal e Suíça, coloca em primeiro lugar o recebimento dos créditos com garantia real.

Mercadante defendeu que o crédito com garantia real seja pago antes do crédito tributário, apoiando assim proposta formulada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Tebet assinalou que está em negociação com o Ministério da Fazenda para viabilizar esse reposicionamento do crédito tributário. O líder do governo apoiou o limite fixado no substitutivo de 150 salários mínimos para os créditos trabalhistas.

Lúcia Vânia, responsável pela apresentação do maior número de emendas ao texto da Câmara, solicitou ao relator que seja revisto o tratamento concedido aos recebíveis de curto prazo, com vencimentos inferiores a 180 dias. Ela lembrou a importância do desconto de

duplicatas para as micro e pequenas empresas.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pediu ao relator que não altere a redação aprovada na Câmara no que diz respeito ao tratamento concedido aos financiamentos às exportações na modalidade de adiantamentos de contrato de câmbio (ACCs), no que foi apoiado por Mercadante.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) chamou a atenção para que as alterações introduzidas no Senado não desvirtuem um dos principais objetivos do projeto de Lei de Falências, que é induzir a expansão do crédito no país. Tasso lembrou que a intermediação financeira no Brasil é uma das mais baixas do mundo, cerca de 15% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto em outros países atinge 70%. “Essa é uma das razões que explica a falta de empreendedorismo no país”, analisou.



DEBATE Tourinho (C) pede ao relator do projeto que não altere redação aprovada na Câmara sobre financiamento de exportações

Pagamento de dívidas tributárias deverá ter lei específica

As condições especiais de parcelamento das dívidas tributárias de empresas em recuperação judicial serão estabelecidas em legislação específica. O substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 70/03), apresentado na terça-feira pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS) aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), prevê que o prazo desse pagamento não será definido no Código Tributário Nacional (CTN).

Tebet entende que a autonomia administrativa dos entes federados garante competência aos estados e municípios para legislar sobre essa matéria. Apenas quando não houver

lei municipal ou estadual específica para as empresas em recuperação judicial, o CTN determinará a aplicação das condições gerais estipuladas para o parcelamento das dívidas tributárias, sendo que o prazo será definido em lei federal. Ou seja, segundo o substitutivo, o prazo fixado na legislação federal funcionará como um parâmetro para as leis municipais e estaduais, que poderão ampliá-lo.

O relator informou que o Ministério da Fazenda já elaborou a minuta de um anteprojeto de lei com propostas de concessão de um prazo especial para o parcelamento dos créditos tributários de companhias em

processo de recuperação judicial, que poderia ser de sete anos para as micro e pequenas empresas e de seis anos para as demais. Ele explicou que a iniciativa desse projeto de lei tem de ser do Executivo.

O substitutivo apresentou outra modificação importante entre as sete alterações feitas no texto aprovado pela Câmara. Tebet destacou que é “aberta exceção na sucessão tributária apenas na hipótese de alienação judicial na falência, na recuperação judicial e na recuperação extrajudicial da empresa”. O objetivo dessa medida, segundo o relator, é melhorar as condições para venda da empresa, possibilitando “maxi-

mizar” o valor da companhia e mantê-la em operação.

Tebet explicou que a Fazenda Pública terá perdas com essa excepcionalidade, mas que, pela sua proposta, ela ganhará, pelo período de um ano, o direito de preferência no recebimento do que for arrecadado com a venda da empresa, equiparando-se à prioridade conferida aos créditos trabalhistas durante os processos falimentares. No caso de recuperação judicial e extrajudicial, o substitutivo prevê que será excluída a sucessão tributária apenas na venda de filial ou unidade produtiva isolada, não mais se estimulando a alienação da empresa em bloco.

José Cruz



ENTENDIMENTO Antonio Palocci conversa com lideranças partidárias no gabinete de Mercadante

Palocci e líderes chegam a acordo sobre MP da Cofins

■ Tratamento especial deve ser garantido para 16 produtos de vários setores como saúde e agricultura

Depois de duas horas e meia de reunião com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, no gabinete do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), os líderes partidários do Senado praticamente definiram acordo que vai permitir a votação da Medida Provisória (MP) 164/03 (Projeto de Lei de Conversão 21/04), que estabelece a cobrança da Cofins e do PIS-Pasep sobre produtos e serviços importados. A MP deve ser votada na próxima terça-feira.

O acordo vai garantir tratamento especial para 16 produtos de vários setores, como saúde, agricultura (hortigranjeiros,

algodão *in natura* etc.), papel jornal importado, fármacos, insumos para produtos de exportação, insumos para embalagens, aviação e vários produtos chamados monofásicos, ou seja, que não têm cadeia produtiva longa.

– A reunião com o ministro Palocci e os líderes foi produtiva porque definiu a calibragem na cobrança da Cofins e os produtos que devem ter alíquota zero, o que vai garantir a votação na próxima terça-feira – disse Mercadante.

O senador explicou que praticamente todas as distorções decorrentes da nova alíquota de 7,6% da Cofins foram corrigidas. “No setor de saúde, por exemplo, os exames terão tratamento especial, com alíquota zero, por razões óbvias, todo mundo precisa, é praticamente compulsório”, afirmou.

Mercadante defendeu também que a meta de inflação para 2004, de 5,5%, seja mantida

na reunião do Conselho Monetário Nacional, marcada para junho.

Alcance

A Comissão de Assuntos Econômicos considerou prejudicado o projeto que elimina a cumulatividade das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins sobre as operações de venda de mercadorias e serviços.

O parecer lido por Mercadante concluiu que o objetivo do projeto foi alcançado pelas iniciativas do Executivo que culminaram com a aprovação das Leis 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a primeira relativa a mudanças na Cofins e a segunda ao PIS/Pasep.

O líder do governo admitiu em resposta a César Borges (PFL-BA) que a mudança na base de cálculo da Cofins aumentou a carga tributária para alguns setores, destacando que a área econômica quer corrigir essas distorções.

Paim: sindicatos querem mudar portaria

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), apelou ao ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, pela revogação da Portaria 160, editada semana passada, que proíbe aos sindicatos o desconto em folha das contribuições confederativa e assistencial, ambas frutos de decisão de assembleia de trabalhadores. De acordo com o senador, a portaria se baseou em súmula do Supremo Tribunal Federal sem que fossem ouvidas as entidades de classe. Paim entregou à Mesa um estudo feito por ele a respeito do assunto.



LIMITAÇÃO Medida impede trabalho das entidades sindicais, observa Paulo Paim

Ele observou ainda que essas são as principais contribuições que as entidades sindicais possuem para tocar as suas ações

junto aos trabalhadores e, com a portaria, ficam limitadas à cobrança do imposto sindical. Todas as centrais sindicais já se manifestaram contra a portaria, disse o senador.

Paim informou que na terça-feira, a partir das 10h, será realizado o seminário “Emprego e Renda”, com a participação do secretário municipal de São Paulo, Márcio Pochmann, dos professores José Pastore e Jorge Arbache, e das centrais sindicais. O seminário será coordenado por Paim e terá como debatedor o consultor do Senado José Pinto da Mota Filho.

César Borges defende maior investimento em infra-estrutura

César Borges (PFL-BA) cobrou na terça-feira do governo que aumente seus investimentos em infra-estrutura e propicie as condições legais (marco regulatório) para que o setor privado também o faça. Esses investimentos caíram de R\$ 14,3 bilhões, em 2002, para R\$ 6,6 bilhões no ano passado, de acordo com números levantados pela Associação Brasileira de Infra-Estrutura de Base (Abdib).

O senador chamou a atenção para o fato de que a participação da iniciativa privada em infra-estrutura e indústrias de base caiu 61,7%, ao passo que os investimentos públicos caíram 38,8%, o que confirmaria alertas feitos por ele e outros senadores ao longo de 2003.

– O país está completamente paralisado. O setor público chegou por verbas que não chegaram e o setor privado esperou por regras que não foram definidas – lamentou.

Ele analisou o quadro “emblemático” do saneamento,



CRÍTICA “O Brasil se encontra completamente paralisado”, afirma César Borges

objeto de um atlas lançado recentemente pelo IBGE. A publicação mostra que embora quase 98% dos municípios brasileiros já tenham rede de abastecimento de água, 40,6 milhões de pessoas continuam sem acesso à água encanada. E que pelo menos 101,9 milhões de cidadãos não têm acesso direto ao esgoto canalizado.

César Borges criticou a limitação a que estados e municípios foram submetidos no que se refere a tomarem empréstimos para obras de saneamento com recursos do FGTS.

– Apesar dessa dramática realidade, o governo declara que tudo está bem – criticou César Borges, apartado por Alberto Silva (PMDB-PI), Heloísa Helena (sem partido-AL) e Mão Santa (PMDB-PI).



COMPARAÇÃO Crise de energia foi solucionada por câmara de gestão, destaca Alberto Silva

Alberto Silva propõe grupo para recuperar as rodovias

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) propôs a criação de uma câmara de gestão para gerir a recuperação da malha rodoviária brasileira. Ele fez uma comparação com a crise de energia de 2001, solucionada a partir de uma grupo interministerial que elaborou as soluções para o setor energético, impedindo o desabastecimento que teria consequências graves para a economia brasileira.

Alberto Silva comentou o projeto do governo de tapar buracos de 13 mil quilômetros

de estradas federais danificadas pelas chuvas de verão, a um custo de R\$ 2 bilhões. Ele foi enfático ao qualificar de inócua o projeto, ressaltando que a operação não resolve o problema, dado o precário estado do asfalto que reveste as rodovias. Além disso, frisou, o Ministério dos Transportes não teria projeto para atacar o problema.

– Gastar 2 bilhões de reais é jogar fora o dinheiro da nação – afirmou.

Para o senador, é necessário recuperar 32 mil quilômetros de rodovias, cujas condições acarretam prejuízo de cerca de R\$ 40 bilhões por ano ao país.

Alberto Silva apresentou um plano de recuperação de toda a malha rodoviária. Ele propôs gastos de R\$ 4,8 bilhões em três anos, para a recuperação completa dos 32 mil quilômetros, com a utilização de tecnologia nacional para a elaboração dos projetos. O senador salientou que os gastos seriam compensados pelos prejuízos que cessariam – gastos menores com óleo diesel, diminuição do preço do frete e criação de empregos para realizar o trabalho.

O discurso recebeu apoio dos senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

Valmir Amaral presta homenagem a Brasília

Ao homenagear Brasília pelos 44 anos de fundação, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) afirmou que a cidade é "a maior obra do século 20" e que sua construção representa bem a capacidade do povo brasileiro.

Valmir Amaral, que dedicou seu pronunciamento aos trabalhadores que edificaram a cidade, chamados

na época de candangos e hoje designados como pioneiros, assinalou que "eles enfrentaram com o trabalho as diversidades encontradas e devem ser considerados verdadeiros heróis".

– Foi a força e a coragem do povo brasileiro que fez do sonho uma realidade – assinalou.

O senador apontou a construção

de Brasília como um dos mais importantes episódios da história do país, ressaltando que a cidade é, até hoje, "um pólo de atração para brasileiros que procuram esperança para suas vidas". Ele disse que, se o Brasil é hoje uma potência, a mudança da capital é uma das principais causas, por ter permitido a transferência de investimentos para

o Centro-Oeste e Norte do país.

Em apartes, Ramez Tebet (PMDB-MS), Heloísa Helena (sem partido-AL) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) se associaram à manifestação de Valmir Amaral. Na presidência dos trabalhos do Plenário, Mão Santa (PMDB-PI) lembrou o otimismo de Juscelino Kubitschek quando construía a cidade.



CONTRIBUIÇÃO Valmir Amaral lembra importância da cidade para desenvolvimento nacional

Minas vive uma "derrama moderna", diz Hélio Costa

Ao registrar os 212 anos da morte de Tiradentes, nesse 21 de abril, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) disse lembrar da data de forma melancólica, porque também marca o falecimento do ex-presidente Tancredo Neves. O parlamentar mencionou a participação de Tancredo na campanha pelas eleições diretas, que está completando 20 anos neste mês. Ele acrescentou que a luta de Tiradentes ainda é atual, e relacionou a dívida de Minas com o governo federal à obrigação que os mineiros tinham de enviar ouro a Portugal.

Citando o historiador Gerson Brasil, o senador recordou que, em 1788, o visconde de Barbacena chegou a Vila Rica (hoje



COBRANÇA Para Hélio Costa, dívida atual empobrece estado, como o envio de ouro a Portugal

Ouro Preto) com ordens para aplicar o alvará segundo o qual Minas precisava pagar 100 arrobas ou 1.500 quilos de ouro por ano para a Coroa. Caso não fosse atingida a meta, seria feita a derrama, imposto extra cobrado de toda a população.

Hoje, Minas Gerais continua a ser reprimida pela obrigação de enviar seus recursos ao governo central, disse Hélio Costa ao se referir à remessa de 13% de tudo o que o estado arrecada para pagar sua dívida com a União.

Mão Santa propõe debate qualificado sobre o mínimo

■ Senador lembra que parlamentares petistas criticavam, em 2000, política econômica que hoje defendem

O senador Mão Santa (PMDB-PI) propôs que se faça debate qualificado sobre o reajuste do salário mínimo. O senador lembrou declarações dadas no ano 2000 por parlamentares e ex-parlamentares do PT, quando criticavam a política econômica que agora defendem. Mão Santa também pediu desculpas ao senador Paulo Paim (PT-RS) por "abandoná-lo" na luta por um salário mínimo equivalente a US\$ 100.

Mão Santa destacou que ex-parlamentares como José Dirceu e Antonio Palocci acusavam o governo anterior de ar-



DISCURSO Governo anterior era acusado de arrochar salário para manter juros, diz Mão Santa

rochar o salário mínimo para manter os juros altos e a dependência do capital especulativo, além de manter acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

– O ex-deputado e atual senador Aloizio Mercadante (PT-SP) reclamava, em outubro de 2000, um reajuste digno para o salário mínimo e para o programa Bolsa-Escola – assinalou.

Lembrando que João Goulart dobrou o valor do mínimo (de US\$ 125 para US\$ 250), Mão Santa avaliou que o Congresso está pedindo muito pouco ao presidente da República, "que usou o nome do trabalhador para chegar à Presidência".

Paulo Paim afirmou estar esperançoso de que o Congresso elabore uma proposta de reajuste do salário mínimo que ultrapasse os US\$ 100.

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) solidarizou-se com Mão Santa e ressaltou que no Brasil o salário não é pago por hora, como nos Estados Unidos. A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) afirmou que também apresentou projeto para recuperar o poder de compra do salário mínimo. Ela disse propor um aumento de 26% além das perdas inflacionárias, totalizando R\$ 330.



TRAJETÓRIA Heráclito Fortes destaca a carreira política do ex-deputado federal pela Bahia

Heráclito exalta memória de Luiz Eduardo Magalhães

Falando em nome do PFL, o senador Heráclito Fortes (PI) prestou homenagem, na terça-feira, à memória do ex-deputado Luiz Eduardo Magalhães, que morreu no dia 21 de abril de 1998, em Brasília. Cinco senadores também exaltaram, em apartes, as qualidades do ex-parlamentar, filho de Antonio Carlos Magalhães

(PFL-BA).

– Luiz Eduardo Magalhães era uma liderança inquestionável, que poderia levá-lo à Presidência da República. Depois de sua morte, curiosamente as reformas do país, propostas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, perderam o seu ritmo – sustentou Heráclito.

César Borges (PFL-BA) disse que, se estivesse vivo, o ex-deputado estaria prestando inestimáveis serviços ao país. Edison Lobão (PFL-MA) fez um paralelo entre as carreiras do ex-senador Petrônio Portella e de Luiz Eduardo. Tião Viana (PT-AC) ressaltou que ele buscava sempre o entendimento. Mão Santa (PMDB-PI) também enalteceu a memória do ex-deputado.

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que presidia a sessão, se associou à homenagem.

Antonio Carlos Magalhães agradeceu aos colegas, afirmando: "Nós nos amávamos. O país perdeu, mas eu perdi muito mais. Ele era o farol que iluminava o meu caminho".

Lobão destaca a importância da viagem do presidente Lula à China

O senador Edison Lobão (PFL-MA) ressaltou a importância da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Popular da China, em maio. Ele lembrou que, pelos dados da Câmara de Comércio e Indústria Sino-Brasileira, a China, que era até há poucos anos o 12º parceiro comercial do Brasil, ocupa agora o segundo lugar. Nos próximos cinco anos, completou, deverá se tornar a maior compradora de produtos brasileiros, superando os Estados Unidos.

– Para se ter uma idéia de tal evolução, basta dizer que o comércio entre a China e o Brasil em 2003 atingiu o montante de US\$ 6,7 bilhões e deverá ultrapassar os US\$10 bilhões em 2005 – observou o senador.



AVANÇO Conforme informou Lobão, a China é o segundo parceiro comercial do Brasil

Lobão acrescentou que dentro dessa perspectiva que privilegia a expansão dos acordos comerciais entre os dois países se insere a implantação do pólo siderúrgico de São Luís. O consórcio, conforme o senador, reunirá investimentos brasileiros, chineses e europeus e, so-

mente para a primeira fase do projeto maranhense, os recursos previstos se elevarão a quase US\$ 2 bilhões.

As previsões, segundo Edison Lobão, indicam que as obras do pólo siderúrgico de São Luís devem estar concluídas entre 2006 e 2007. Calcula-se que sua produção inicial será de 3,7 milhões de toneladas ao ano, com as exportações alcançando o montante anual de US\$ 4 bilhões.

Os senadores Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Roberto Saturnino (PT-RJ) e Ideli Salvatti (PT-SC) entenderam, como Lobão, que a viagem do presidente Lula à China ampliará a perspectiva de intensificação das negociações comerciais entre os dois países.

CONFLITOS

Relator da comissão do Senado que analisa a demarcação de terras indígenas, Delcídio Amaral sugere faixas a serem excluídas da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Proposta de consenso será apresentada ao presidente Lula



ALTERNATIVA Governador de Roraima, Flamarion Portela (segundo à direita) debate propostas apresentadas pelos senadores e deputados

Comissão busca acordo sobre reserva

As comissões do Senado e da Câmara que estão analisando a demarcação de terras indígenas no Brasil buscarão, na segunda-feira, uma proposta de consenso para apresentar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a demarcação da área indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Na tarde da última terça-feira, o relator da comissão do Senado, Delcídio Amaral (PT-MS), apresentou relatório parcial sobre o tema.

A proposta apresentada por Delcídio aos integrantes do colegiado estabelece que sejam excluídas da reserva as faixas correspondentes à área de plantio de arroz e soja, a cidade de Normandia e as sedes do município de Uiramutã e das

vilas de Água Fria, Socó, Vila Pereira e Mutum, com suas respectivas zonas de expansão. Deverão ficar fora da reserva indígena, de acordo com o relatório parcial, as estradas estaduais e federal da área e o Parque Nacional Monte Roraima. O relator também propõe a demarcação de uma área específica para a etnia Ingarikó.

Na reunião da comissão temporária do Senado, o relator da comissão da Câmara que está estudando a demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, deputado Lindberg Farias (PT-RJ), opinou que um relatório conjunto assinado pelas duas Casas do Congresso terá mais força política ao ser encaminhado ao presidente Lula. O deputado lamentou que um

acordo mais amplo – envolvendo índios, agricultores e todos os envolvidos diretamente com a instalação da reserva – só não foi possível devido à intransigência do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes.

Relevância

Para o presidente da Comissão da Câmara, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), a demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol deve levar em consideração aspectos sociais, econômicos e de segurança nacional. Ele disse que o Congresso Nacional deve assumir uma postura firme e encaminhar a sugestão que achar mais conveniente, mesmo que teoricamente ela desagrade ao governo federal. O go-

vernador de Roraima, Flamarion Portela, também presente à reunião, agradeceu aos deputados e senadores por terem levado a discussão para o Congresso.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) manifestou seu apoio ao relatório de Delcídio Amaral, sobretudo no que diz respeito a retirar da Raposa/Serra do Sol a unidade de conservação ambiental Parque Nacional Monte Roraima e a assegurar a preservação territorial de alguns municípios.

A questão da soberania nacional foi lembrada pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR). Ele advertiu que uma reserva indígena na fronteira do Brasil com outros países facilitaria o tráfico de drogas e de armas.

Raupp: população de Rondônia espera por explicações

Em pronunciamento na terça-feira, em que destacou a apreensão do povo rondoniense com o desenrolar do massacre de garimpeiros na reserva indígena Roosevelt, em Rondônia, e dos detentos do Presídio Urso Branco, em Porto Velho, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que "a hora da resposta é agora".

– Compreendemos as dificuldades que podem ter retardado as soluções desses episódios

lamentáveis. Porém, não podemos nos aquietar com as notícias estampadas no Brasil e até no exterior sobre o clima de barbárie, de selvageria que estaria reinando em Rondônia – protestou Raupp.

Ele ressaltou que as autoridades foram alertadas em tempo hábil sobre as possibilidades de conflito.

– A população do meu estado quer saber quais as razões para a demora em socorrer as vítimas e retirar os mortos – assinalou o senador.



"A hora da resposta é agora", diz Raupp

Heloísa faz homenagem ao Dia do Índio

Ao destacar a passagem do Dia do Índio (19 de abril), a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) enalteceu a resistência das comunidades indígenas de todo o Brasil. Ela ressaltou que, mesmo diante das tentativas de dizimá-los, os povos indígenas estão se reconstruindo, "reinventando a si próprios, recuperando suas áreas, projetando um futuro de comunidades livres, orgulhosas por se considerarem um povo e por terem uma história, um destino".

A senadora saudou os povos indígenas de Alagoas, como os ucurus-kariris, tinguis-botó, acopotós, aconãs, gerinpankós, kallankós, karuazús, catokinns, korúankas, kariris-xocós e uassuls. Ela também estendeu a saudação às entidades representativas, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Associação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime).



Heloísa destaca luta dos povos indígenas

Assassinato de garimpeiros será investigado

O presidente da comissão temporária externa sobre demarcação de terras indígenas, senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), deferiu requerimento dos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Paulo Elifas (PMDB-RO) propondo investigação sobre o conflito na reserva indígena do Roosevelt, em Rondônia. Até agora foram encontrados 29 corpos de garimpeiros. Os senadores deverão visitar o estado no mês de maio.

Na opinião de Valdir Raupp, a chacina foi incentivada por pessoas estranhas aos indígenas, provavelmente contrabandistas de diamantes.

Repúdio contra declaração do presidente da Funai

A comissão temporária externa do Senado constituída para analisar a demarcação de terras indígenas encaminhará moção de repúdio contra declarações do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, de que os índios cintas-largas estariam exercendo o direito de defesa de suas terras ao assassinar garimpeiros que exploravam ilegalmente diamantes na reserva. A proposta da moção foi apresentada pelo senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS).

– Propondo que os índios podem defender suas terras matando os que as invadirem, o presidente da Funai também estaria autorizando os fazendeiros a matar os sem-terra que

ocuparem suas fazendas? Não podemos concordar com uma posição dessas. O pior é que a Funai é uma instituição pública. Será que essa proposta também é do governo federal? – indagou.

Na avaliação de Juvêncio, Mércio Gomes deveria ser demitido do cargo que ocupa, sob pena da população interpretar que o governo defende a sua teoria.

Competência

Favorável à moção, o senador Augusto Botelho defendeu a nomeação de um índio para presidir a Funai. Ele opinou que os indígenas têm competência suficiente para administrar políticas em seu próprio benefício e não necessitam de

representantes de outro grupo étnico para representá-los.

O relator da comissão da Câmara que está estudando a demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol, deputado Lindberg Farias, também pediu a demissão de Mércio Gomes. Logo em seguida, o presidente da comissão do Senado, Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), obteve o apoio dos demais parlamentares para sua proposta de incluir também, na moção de repúdio, rejeição ao comentário feito pelo presidente da Funai de que o relatório apresentado por Lindberg sobre a demarcação da área "parece coisa de E.T. (extraterrestre) vindo das trevas da história brasileira".

CONFLITOS

Mercadante diz que invasões mostram intolerância dos pobres com sua miséria. Agripino quer apuração de mortes em Rondônia. Virgílio afirma que governo "não governa"



INDIGNAÇÃO Para Agripino, barbárie de Rondônia provoca a repulsa de todo o país

Agripino pede apuração de mortes no garimpo

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), defendeu a apuração do episódio em que garimpeiros que exploravam diamantes na Reserva Indígena Roosevelt, em Rondônia, foram mortos por índios da tribo Cinta-Larga. O senador afirmou que "há o que investigar" e criticou o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pe-

reira Gomes, que adiantou a intenção do órgão de defender os índios, acusados da morte de mais de 20 garimpeiros.

Ao contrário das rebeliões em presídios, "que estão se tornando uma constante no país", Agripino observou que "a barbárie em Rondônia causou indignação no país e suscita o debate, inclusive no Senado".

José Agripino se referiu ainda a aparte concedido ao senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), quando acusou o governo Lula de ser "ambíguo". Explicou ter assinalado a ambigüidade como ponto comum entre a gestão petista e o governo João Goulart, cujo clima, em seus últimos dias, estaria próximo da situação vivida pelo atual governo.



PRIMEIRO DISCURSO Guerra diz não concordar com a nova alíquota da Cofins, de 7,6%

Marcos Guerra afirma que vai defender setor produtivo

Em seu primeiro discurso, o senador Marcos Guerra (PSDB-ES) anunciou que pretende juntar sua voz "aos clamores contra as ações equivocadas do governo federal". Como suplente, ele assumiu o mandato interinamente no lugar do senador Gerson Camata (PMDB-ES).

– Farei coro com as lideranças do meu estado e do país, repercutindo nesta Casa os anseios e argumentos do setor produtivo – afirmou.

Para o senador, o Brasil precisa superar o atraso nas relações entre o poder público e o setor produtivo, em que todas as atividades econômicas sofrem com a demora na definição das reformas das legislações trabalhista e tributária.

– A situação atual inquieta o empresariado e inibe maiores investimentos do setor produtivo – avaliou.

As recentes alterações na legislação em nada contribuíram para melhorá-la ou impediram o aumento da carga tributária, "penalizando, mais uma vez, quem realmente paga impostos neste país", afirmou o senador.

– Como líder empresarial eu também defendi o fim da cumulatividade da Cofins [Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social], aliás uma reivindicação histórica do empresariado brasileiro. Mas não posso concordar com o patamar em que a nova alíquota foi fixada, chegando a 7,6%, quando, na verdade, o correto seria um percentual inferior a 6%. Enquanto se comemora o bom desempenho da balança comercial e o crescimento das exportações, assistimos, inconformados, à luta por sobrevivência travada pelas micro, pequenas e médias empresas – assinalou.

Tebet cobra respeito à lei e competência do governo

Analisando o quadro de violência e invasões de terras, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou do governo competência no trato de conflitos que tomam o país. Entre outras sugestões, propôs que o número de ministérios (35) seja reduzido à metade, para que se economizem recursos e melhore a qualidade dos colaboradores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Diante da reação de senadores governistas às críticas que oposicionistas vêm fazendo à administração do país, o parlamentar sul-mato-grossense defendeu o direito ao debate de questões como rebeliões em presídios e massacres de garimpeiros.

– Temos que demonstrar indignação. Os brasileiros não querem esse clima que o país está vivendo. Isso está passando dos limites – protestou Ramez Tebet.

O senador fez reparos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que estaria agindo em desrespeito à lei ao invadir terras produtivas. E disse ser injustificável que os índios, a despeito da proteção que devem ter do poder público, promovam massacres e não sejam punidos.



COBRANÇA Tebet adverte que os brasileiros não aceitam clima que país está vivendo

Mercadante acusa elite de discriminar manifestações

■ Líder do governo adverte que interesses desconhecidos podem ter dado origem à chacina no garimpo

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), classificou como discriminação da elite as "críticas agressivas" contra manifestações e atos de segmentos sociais menos favorecidos, como os sem-terra, os índios, que lutam pelos seus direitos. Ele reportou-se à história do município de São Paulo para lembrar que, há 500 anos, a câmara de vereadores local registrava críticas dos seus integrantes à construção de palafitas pelos índios locais em área urbana. O fato, observou, já de-



INTOLERÂNCIA Mercadante observa que indígenas estão cansados de maus-tratos

monstrava o temor das classes dominantes contra os avanços da justiça social.

Para o líder, as invasões atuais refletem o aumento da intolerância das camadas mais

pobres contra sua própria situação de miséria e contra o distanciamento das conquistas materiais usufruídas pela minoria. Por outro lado, ressaltou, é necessário atentar para o ordenamento jurídico, de forma a garantir o respeito às leis.

Aloizio Mercadante advertiu que as mortes de 29 garimpeiros ocorridas em Rondônia, atribuídas aos índios, devem ser investigadas com cautela. A seu ver, interesses desconhecidos podem ter originado a chacina, uma vez que a reserva hoje é objeto da ambição de traficantes. O senador finalizou ressaltando que os índios estão cansados de ser colonizados e vilipendiados pelo homem branco, que reduziu suas populações a um número ínfimo por meio de matanças indiscriminadas.

Promessas não cumpridas ameaçam país com desobediência civil, diz Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), leu da tribuna dezenas de títulos de jornais negativos para o governo e para o país e sustentou: "As promessas do governo não cumpridas ameaçam o Brasil com a desobediência civil". O senador afirmou que a mesma conclusão foi apresentada pelos cientistas políticos Leôncio Martins Rodrigues e Rubens Figueiredo, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* de terça-feira.

As notícias negativas, lidas pelo senador, se referem ao massacre de garimpeiros por índios em Rondônia, à ocupação de morros no Rio, às invasões de terras pelo MST e de



INDIGNAÇÃO Virgílio lê, da tribuna, notícias negativas publicadas nos jornais

prédios por sem-terra, às greves de funcionários públicos, à morte de presidiários em motim em Rondônia, à pressão da

base do governo contra a política econômica e a disputas entre ministros do governo.

Os títulos dos jornais, conforme Arthur Virgílio, refletem "a indignação do país com o governo, que não governa, não executa, não consegue fazer a máquina andar".

O parlamentar leu também notícia em que o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) alerta que a invasão de terras com plantio de pinheiros e eucaliptos da empresa Klabin, exportadora de papel e celulose, pode levar os empresários a adiarem seus investimentos no país, prolongando ainda mais o desemprego.

Célio Azevedo



PARECER Senadores da Comissão de Assuntos Sociais aprovaram substitutivo apresentado por Geraldo Mesquita Júnior (foto à direita)



Roosevelt Pinheiro

Mesquita Júnior pede apoio para projeto ecológico

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) pediu na terça-feira apoio do poder público a um projeto de desenvolvimento sustentável desenvolvido em Cazumbá, localidade da região de Sena Madureira, no Acre. Os moradores trabalham no extrativismo, em pequenas roças, e produzem objetos e utensílios de borracha.

O projeto foi visitado pelo senador acreano no último fim de semana. Mesquita Júnior se disse impressionado com a consciência ecológica dos moradores, que criam animais em cativeiro para que, depois da reprodução, as matas e os rios possam ser repovoados.

Durante reunião realizada com a comunidade, o senador afirmou ter ouvido deles depoimentos emocionantes. Cada um a se manifestar declarou seu amor pelo lugar onde mora e trabalha, e sua disposição de proteger a natureza com base em convicção – não em força de lei.

Mesquita Júnior sugeriu que o governo estadual, prefeituras e até mesmo o governo federal possam adquirir – para posterior distribuição – uma pasta escolar feita em borracha pelos habitantes de Cazumbá.

Pavan: Ideli omitiu luta da bancada de Santa Catarina

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) acusou Ideli Salvatti (SC), líder do PT, de usar de demagogia ao divulgar na imprensa que teria sido a única parlamentar catarinense a disponibilizar para o governo os recursos das suas emendas para atender as vítimas do ciclone em Santa Catarina. Pavan frisou que os parlamentares não podem dispor dos recursos das suas emendas porque esses já integram o Orçamento da União. Para um remanejamento, é preciso que o Executivo envie ao Congresso projeto de lei prevendo um crédito adicional, explicou.

Pavan diz que faz defesa constante de seu estado

Pavan, que integra a Comissão Mista de Orçamento, acrescentou que faz no Senado a defesa constante das reivindicações do seu estado e que não se cansa “de pedir ao governo e aos ministros a liberação de recursos para Santa Catarina”. Ele disse que Ideli sugeriu ser a única responsável pela liberação de verbas, ignorando o trabalho dele e do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).



Roosevelt Pinheiro

Serviços de atendimento pediátrico deverão instalar brinquedotecas

Objetivo da proposta é possibilitar recuperação mais rápida e menos traumática das crianças

Todas as unidades de saúde que oferecem atendimento pediátrico em regime de internação deverão ser obrigadas a instalar brinquedotecas para possibilitar uma recuperação mais rápida e menos traumática das crianças. A determinação está contida em substitutivo aprovado na terça-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que será examinado agora pelo Plenário.

O relator da matéria, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), modificou o projeto original (PLC 67/03), de autoria da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), pelo qual a instalação de brinquedotecas – espaço provido de jogos e brinquedos infantis – se restringiria aos hos-

pitais que prestam atendimento a crianças. Segundo o senador, a alteração no texto do projeto se fez necessária uma vez que muitas clínicas poderiam tentar se esquivar da obrigação, alegando que não são hospitais de fato.

Geraldo Mesquita também propôs sanções para os estabelecimentos que não implantarem brinquedotecas, devendo os infratores se sujeitarem às penalidades previstas na legislação sanitária federal. O substitutivo concede prazo de 180 dias após a publicação da lei para que as entidades de saúde cumpram a determinação.

O relator lembra que a descoberta da brinquedoteca como forma auxiliar na recuperação das crianças internadas data da década de 50, na Suécia. A novidade, acrescentou o senador, passou a ser implantada de maneira mais ampla no Brasil somente a partir dos anos 90, e desde então, assinalou ele, experiências bem-sucedidas têm

sido relatadas por unidades de pediatria de diversos hospitais do país.

– As atividades realizadas fazem com que as crianças sintam mais próximas do ambiente que elas vivenciam fora do hospital. Investir em brinquedotecas é tão importante quanto em remédios e exames, pois elas não deixam de ser uma forma de tratamento e podem até mesmo ser usadas em um trabalho de continuidade educacional, já que boa parte das crianças fica internada durante o período letivo da escola – justifica Geraldo Mesquita.

SUS

Na mesma reunião, foi concedida vista, ao senador Ney Suassuna (PMDB-PB), do relatório sobre projeto (PLC 69/01) de autoria do então deputado e hoje senador Paulo Paim (PT-RS) que visa garantir atendimento na rede privada aos trabalhadores acidentados em localidades em que não há unidades do Sistema Único de

Saúde (SUS). O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou substitutivo ampliando a proposta de Paim, para estabelecer que o atendimento por hospitais particulares deve se dar em todos os casos de emergência sempre que unidades do SUS não tiverem capacidade de atendimento.

Ao pedir vista, Ney Suassuna argumentou tratar-se de projeto antigo, apresentado em 1994, quando não havia unidades do SUS em todas as localidades do país. A matéria já havia sido aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais e encaminhada ao Plenário, mas voltou para reexame do colegiado atendendo a pedido do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), em abril do ano passado.

– A nova realidade da rede de serviços do SUS pode permitir o pleno atendimento de emergências de acidente em todo o território nacional – justificou Mercadante na ocasião.

Sarney apóia projetos de incentivo ao esporte

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na terça-feira o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, que lhe pediu apoio para projetos do Executivo destinados a incentivar investimentos privados em esporte no Brasil. De acordo com o ministro, o presidente do Senado revelou grande simpatia por esses projetos, reconhecendo que o investimento em esporte retorna em outras áreas sociais.

O ministro citou recente relatório da ONU, segundo o qual, cada dólar investido no

esporte resulta na economia de 3,2 dólares na saúde. Ele disse que, em todo investimento que signifique ocupar a juventude de forma saudável, investe-se no desenvolvimento intelectual e físico da população.

José Sarney ainda recebeu o presidente da Embrapa, Clayton Campanhola, em visita de cortesia.

Ilhas costeiras

O presidente do Senado prometeu submeter a votação proposta de emenda à Constituição (PEC) que exclui dos bens



IMPORTÂNCIA Agnelo Queiroz (E) debate propostas com Sarney

da União as ilhas oceânicas e costeiras que integram territórios de municípios. O texto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e tem parecer favorável de Jorge Bornhau-

sen (PFL-SC). Sarney fez a promessa ao receber prefeitos, representantes da sociedade maranhense e os deputados estaduais Max Barros, Francisco Gomes e Cristina Archer.

A sessão de terça-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Mão Santa